



INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE TOMAR

CURSO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ANO LECTIVO

2008/2009

FICHA DA UNIDADE CURRICULAR

Unidade Curricular	Finanças Públicas		
Área Científica	Administração Pública		
Classificação curricular	Obrigatória	Ano / Semestre	2º ano/2º semestre

Créditos ECTS	Horas de trabalho do aluno	Carga horária das sessões de ensino	
		Natureza Colectiva (NC)	Orientação Tutorial (OT)
5	135	45 TP	15

DOCENTES		CATEGORIA
Responsável	Olinda Maria dos Santos Sequeira	Equiparada a Prof. Adjunta
Teóricas		
Teórico-Práticas	Olinda Maria dos Santos Sequeira	Equiparada a Prof. Adjunta
Práticas		
Prático-Laboratorial		

OBJECTIVOS

A disciplina de Finanças Públicas tem como objectivo o estudo da intervenção do Estado na Economia, procurando evidenciar os argumentos que segundo a racionalidade económica a provocam e condicionam. O objectivo será fornecer aos alunos uma formação sólida sobre as temáticas relacionadas com a intervenção do Estado na economia na óptica das Finanças Públicas, dando-lhes a conhecer a situação concreta da realidade Portuguesa no contexto internacional e em particular da União Europeia.

PROGRAMA PREVISTO

Introdução ao estudo das Finanças Públicas

1. As despesas públicas

- 1.1. Tipologia e classificação das despesas públicas
- 1.2. A despesa pública por razões de eficiência
- 1.3. A despesa pública por razões de equidade: a redistribuição do rendimento
- 1.4. Causas do crescimento do peso das despesas públicas
- 1.5. Os seus efeitos: multiplicador, acelerador e propulsor
- 1.6. Comparações internacionais

2. As receitas públicas

- 2.1. Tipologia e classificação das receitas públicas
- 2.2. Receitas públicas e equidade
- 2.3. O sistema fiscal português
- 2.4. Análise económica da tributação: Princípio do benefício e o princípio da capacidade de pagamento

3. As instituições financeiras

- 3.1. O sector público: sua estrutura e dimensão
- 3.2. A Administração Pública.
- 3.3. A Segurança Social
- 3.4. O sector empresarial do Estado
- 3.5. As finanças das regiões autónomas
- 3.6. As finanças das autarquias locais

4. Introdução ao estudo do orçamento e equilíbrio orçamental

- 4.1. O orçamento da administração pública
 - 4.1.1. Definição e funções do OE
 - 4.1.2. Estrutura
 - 4.1.3. Principais regras orçamentais e sua análise crítica
- 4.2. Equilíbrio orçamental
 - 4.2.1. Os conceitos de equilíbrio
 - 4.2.2. Orçamentação e Desorçamentação

5. A política orçamental de estabilização

- 5.1. Objectivos da política orçamental e principais instrumentos
- 5.2. As Contas nacionais
- 5.3. A Política orçamental de estabilização: O Modelo IS-LM
- 5.4. Combinação de políticas: Fiscal e Monetária
- 5.5. Restrição Orçamental, défices orçamentais e dívida pública
- 5.6. O Modelo IS-LM adapta-se aos factos

6. Política orçamental de estabilização no quadro da União Económica e Monetária

- 6.1. Vantagens e inconvenientes de uma moeda única
- 6.2. O Programa de Estabilidade e Crescimento

7. O que sabemos. O que não sabemos – discussão de textos



BIBLIOGRAFIA

Araújo, Fernando, (2005); *Introdução à Economia*, 3ª edição, Livraria Almedina, Coimbra.

Blanchard, Olivier, (2004); *Macroeconomia*, 3ª edição, Prentice Hall.

Buchanan, James e Musgrave, Richard, (1999); *Public Finance and Public Choice: Two Contrasting Visions of the State*, Massachusetts Institute of Technology (MIT), MIT Press, USA.

Cavaco Silva, Aníbal e César das Neves, João, (1992); *Finanças Públicas e Política Macroeconómica*, 2ª edição (1ª edição – 1982), Universidade Nova de Lisboa.

Cavaco Silva, Aníbal, (1997); *Portugal e a Moeda Única*, Editorial Verbo.

Mankiw, N. Gregory, (1997), *Macroeconomics*, Worth

Moreno, Carlos, (2007); *Finanças Públicas – Gestão Controlo e Auditoria dos Dinheiros Públicos*, UAL.

Pinto Barbosa, A., (1997); *Economia Pública*, McGraw-Hill.

Sousa Franco, (1999); *Finanças Públicas e Direito Financeiro*, I e II volumes, 4ª edição, Livraria Almedina, Coimbra.

Sousa Franco, (2003); *Finanças do Sector Público: Introdução aos Subsectores Institucionais*, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.

Stiglitz, Joseph E., (1999); *Economics of the Public Sector*, 3th edition, W. W. Norton Company.

Teixeira Ribeiro, (1997); *Lições de Finanças Públicas*, 5ª edição, Coimbra.

Tanzi, V. e Schuknecht (2000); *Public spending in the 20th century: a global perspective*, 1st ed., Cambridge University Press, United Kingdom.

R. Musgrave/ P. Musgrave, (1989); *Public Finance in Theory and Practice*, Nova Iorque.

Rosen, Harvey S., (2002); *Public Finance – Sixth Edition*, McGraw-Hill/Irwin, New York.

Revista “Cadernos de Economia”

WEBGRAFIA

www.dgo.pt

www.portugal.gov.pt

www.governo.gov.pt

www.bportugal.pt

www.ecb.int

www.oecd.org

www.imf.org/

www.federalreserve.gov

www.negocios.pt

www.min-financas.pt

www.gpeari.min-financas.pt

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua

Avaliação Periódica

Avaliação Final

A avaliação decorrerá dentro do calendário estabelecido e constará de:

uma frequência, vários trabalhos e exame.

A avaliação é feita através da realização de provas escrita (frequência e/ou um exame) e de um trabalho de investigação. A avaliação da frequência e/ou exame tem um peso de 75% e o trabalho de investigação têm um peso de 25%. O trabalho reveste carácter obrigatório.

São aprovados e dispensados do exame os alunos cuja nota resultante da média aritmética ponderada das notas da frequência e do trabalho seja igual ou superior a 10 valores, desde que a nota obtida em frequência e no trabalho não seja inferior a 10 valores.

São aprovados no exame os alunos cuja nota resultante da média aritmética ponderada das notas do exame e do trabalho seja igual ou superior a 10 valores, desde que a nota obtida em exame e no trabalho não seja inferior a 10 valores.

OBSERVAÇÕES

A transmissão de conhecimentos deverá ser um processo integral, que explore ao máximo as capacidades dos estudantes e os prepare para enfrentar os desafios da vida profissional. Na disciplina de Finanças Públicas dá-se ênfase a trabalhos de grupo sobre os vários temas e respectiva apresentação oral, o que permitirá criar um ambiente de debate sobre o assunto em causa e dessa forma uma melhor compreensão dos conhecimentos teóricos. Com esta técnica o estudante muda a sua atitude passiva no processo educativo e passa a ser um ente activo, consciente das possibilidades de aplicação dos conhecimentos adquiridos e com possibilidade de os levar à prática. O aluno deve estar ao corrente dos principais assuntos económicos da actualidade. Só assim será possível, em conjunto, nas aulas teóricas e práticas, discutirmos estes assuntos à luz da matéria estudada nas aulas.

HORÁRIO DE ORIENTAÇÃO TUTORIAL**Dia****Horário****Local**

Quarta-feira

20h00-21h00

Sala B266/ESGT -Gabinete da docente

Uli da Faculdade Santa Sofia